



## **10º Simposio de Ensino de Graduação**

# **OS EMPREGADOS NOS SETORES INDUSTRIAIS E DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL: ESTIMANDO OS DETERMINANTES SALARIAIS**

### **Autor(es)**

---

DIOGO FERRAZ

### **Orientador(es)**

---

FABÍOLA CRISTINA RIBEIRO DE OLIVEIRA

### **1. Introdução**

---

O crescimento da economia brasileira impulsiona o setor da construção civil que apresenta dificuldades de desenvolvimento e introdução de novas tecnologias, enfrentando déficit de mão de obra escolarizada e qualificada, o que estimula renumerações relativamente mais atrativas e novas oportunidades no mercado de trabalho. A indústria, frente aos avanços tecnológicos e a baixa produtividade no cenário internacional, sinaliza novos investimentos em capital humano e em pesquisa e desenvolvimento, a fim de aumentar a competitividade da cadeia produtiva e engendrar melhores postos de trabalho. Se por um lado, estes dois setores se diferenciam pelo tipo de formalização de mercado (com ou sem carteira assinada) e nível educacional requerido pela mão de obra. Por outro lado, a falta de mão de obra qualificada afeta tanto a construção civil quanto a indústria.

Na tentativa de relacionar os ganhos dos trabalhadores assalariados com suas características pessoais, de trabalho, região e setor de atividade, a economia procura os fatores determinantes desta relação por meio da equação de rendimentos. A técnica estatística de regressão múltipla permite verificar se as diferenças no processo de formação dos salários podem ser explicadas por um conjunto de características da pessoa (sexo, idade, escolaridade, cor) e do trabalho (região, tempo semanal de trabalho e setor de atividade do empreendimento). Tendo como base o trabalho de Oliveira e Hoffmann (2011) e utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, este trabalho estima equações em que a variável dependente é o logaritmo do rendimento do trabalho principal de cada indivíduo e aquelas características dessa pessoa, do seu trabalho e um fator institucional como o salário mínimo são as variáveis explanatórias. Acredita-se que, como afirma Arbache (2000), estudos sobre diferenciais de salários podem contribuir não apenas para o debate teórico, como também para a configuração de políticas públicas que visem maior e melhor empregabilidade, melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades regionais.

### **2. Objetivos**

---

Este trabalho pretende demonstrar empiricamente o impacto do aumento do salário mínimo sobre o salário médio dos empregados (formais e informais) dos setores da construção civil e da indústria, destacando também, dentre outros aspectos, as diferenças estaduais.

### **3. Desenvolvimento**

Este artigo é resultado de um trabalho realizado de forma interdisciplinar para as disciplinas de Teoria Microeconômica II e Econometria durante o 1º semestre de 2012. Neste estudo são utilizados os microdados das PNADs de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 referentes às pessoas cuja posição na ocupação é a de empregados (assalariados) nos ramos de atividade da Construção Civil e da Indústria, cujo rendimento principal advém do trabalho. Foram excluídos os indígenas e as pessoas sem informação de idade, escolaridade, posição na ocupação, cor, condição na família e os trabalhadores com tempo semanal na ocupação principal não informado ou menor de 15 horas. Os dados foram fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para comparação no rendimento de diferentes anos, os valores serão expressos em reais de agosto de 2010, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC como deflator.

A Equação de Rendimentos, por meio da estatística de regressão múltipla relaciona uma variável dependente, neste caso o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho de cada pessoa, com variáveis explanatórias ligadas às características de cada indivíduo (educação, cor, sexo, idade, ser ou não referência da família, residir na zona rural ou urbana) e do trabalho (região, unidade da federação, tempo semanal habitual de horas trabalhadas) além do salário mínimo (MENEZES-FILHO, 2002; OLIVEIRA e HOFFMANN, 2011).

Relacionando o logaritmo neperiano salário ( $\ln w$ ) como dependente de uma variável observável  $x$ , admite-se que a relação é log-linear igual para todos os indivíduos. Ajustando a equação pelo método de mínimos quadrados ponderados, usando o fator de expansão a cada pessoa da amostra, e acrescentando todas as variáveis independentes do modelo, obtém-se uma equação onde  $\beta$  e  $\epsilon_i$  são parâmetros do modelo e  $\epsilon_i$  o erro aleatório que representa o efeito das variáveis não estimadas no modelo, com propriedades estatísticas usuais e tratamento de heterocedasticidade. São consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

- a) Uma variável binária para sexo (SX), tomando como base o sexo masculino (0) e valor 1 para o sexo feminino.
- b) A idade (ID) da pessoa, medida por décadas.
- c) O quadrado da variável idade ( $ID^2$ ), tendo em vista que a renda não varia linearmente com a idade.
- d) A escolaridade (ESC) do indivíduo, que varia de 0 (pessoa sem instrução ou com menos de um ano de estudo) a 9 anos de estudo e, assume valor 17 para pessoa com 15 anos ou mais de escolaridade. Hoffmann e Ney (2004) e Hoffmann e Simão (2005), a fim de verificarem o impacto da escolaridade no rendimento após determinado nível, consideraram a relação entre as variáveis como uma função poligonal. Portanto, além da variável, inclui-se a variável  $\beta_j = \beta_j (j - \beta_j)$ , em que  $\beta_j$  é a abscissa do vértice, ou seja, é a escolaridade a partir da qual a taxa de retorno torna-se maior, e  $\beta_j$  é uma variável binária tal que  $\beta_j = 0$  para  $\beta_j < \beta_j$  e  $\beta_j = 1$  para  $\beta_j > \beta_j$ .
- e) Duas variáveis binárias para cor (COR) da pessoa, sendo base branca, preta ou parda e amarela.
- f) Uma variável binária para distinguir a condição do indivíduo na família (CFAM), sendo pessoa de referência (base) versus uma categoria que inclui todas as demais condições (cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista).
- g) Definiram-se vinte e seis variáveis binárias para as unidades da federação, tomando como base o Estado de São Paulo.
- h) Uma variável binária para distinguir a zona de domicílio (RU): urbano (base) e rural.
- i) Este modelo estima quatro variáveis binárias das horas semanais habitualmente trabalhadas (CHT), mesmo sabendo que o logaritmo do número de horas trabalhadas por semana, ou seja, a elasticidade do rendimento em relação ao tempo semanal do trabalho seria um coeficiente de melhor ajuste, o que serve para propostas de investigações futuras.
- j) Utilizou-se uma binária para distinguir se o emprego é com carteira assinada ou sem carteira assinada (base).
- k) Para avaliar o efeito de fatores institucionais nos salários estimaram-se regressões agrupando os anos de 2002 a 2009, utilizando o valor real do salário mínimo (SMR) como uma variável explanatória, medido em centenas de reais (SMR/100), apenas para que o número não fosse inconvenientemente pequeno.
- l) Uma variável binária para estimar o efeito do salário mínimo e da sua interação com a posição na ocupação (empregado com carteira e o sem carteira) (SMR /100\*PO), base: empregado sem carteira.

O modelo foi ajustado a fim de verificar as diferenças no mercado de trabalho, pela interação entre qualificação e experiência (educação e idade); discriminação por gênero e raça de trabalhadores igualmente produtivos (cor e sexo); segmentação locativa (unidades da federação), com remunerações díspares a trabalhadores, sem base em nenhum critério explícito ou tangível.

Este artigo apresenta resultados de dois modelos de equações de rendimentos ajustadas para os dados das pessoas empregadas na construção civil e no setor industrial. Em ambos os modelos foram estimadas equações para os anos de 2002 e 2009, entretanto, o segundo modelo apresentou resultados mais significativos, pois além das variáveis usuais, introduzem binárias que distinguem a interação entre o salário mínimo entre empregado com carteira e sem carteira. Sendo que no primeiro modelo, a variável escolaridade (ESC) é apresentada como número de anos de estudo, e no segundo, a escolaridade (ESC) é relacionada com o logaritmo do rendimento ( $\ln w$ ) em forma poligonal, cujo vértice tem abscissa  $\beta_j = 8$  para a Construção civil e  $\beta_j = 11$  para a Indústria.

#### 4. Resultado e Discussão

---

O primeiro modelo (Tabela 1) apresenta os coeficientes das equações de rendimentos ajustadas e quando a variável é binária, o valor da diferença percentual entre a renda esperada de uma dada categoria e a renda esperada da categoria tomada como base, depois de descontados os efeitos das outras variáveis. O intervalo de previsão e o test t de Student demonstram a maior parte dos casos com significância ao nível de 1%, não sendo possível rejeitar a hipótese de nulidade do parâmetro.

Para esse modelo os fatores condicionantes explicam estatisticamente, 50,6% e 56,3% das variações do logaritmo da renda ( $\ln$ ) entre 2002 e 2009 dos empregados na construção civil e na indústria, respectivamente. Depois de descontado os efeitos das demais variáveis explanatórias, na construção civil o empregado com carteira assinada tendeu a ganhar 43,2% mais do que o empregado sem carteira assinada, sendo esse um efeito estatisticamente significativo. Na indústria, o empregado com carteira tendeu a obter um rendimento de 35,4% maior do que o empregado sem carteira assinada. Portanto, além dos benefícios que o mercado formal disponibiliza aos trabalhadores (13° salário, férias, FGTS), os salários também são maiores quando comparados com a informalidade. Enquanto na construção civil um aumento de R\$ 100,00 no salário mínimo aumenta em 15,7% da renda dos trabalhadores, na Indústria o aumento é de 9,1%, ou seja, há maior impacto do salário mínimo no setor da construção civil do que na indústria.

Com a introdução de outras variáveis e da função poligonal no segundo modelo (Tabela 2), foram gerados valores mais elevados do coeficiente de determinação para os dados dos dois setores, respectivamente, 51,31% e 57,53%. Novamente, após descontar os efeitos das demais variáveis, na construção civil o empregado com carteira assinada tendeu a ganhar mais 65,9% do que o empregado sem carteira, enquanto na indústria a diferença deu-se em 63,9%. O salário mínimo atuou como indexador tanto na construção civil quanto na indústria, dado um aumento de R\$ 100,00 no salário mínimo, o rendimento esperado tende a crescer cerca de 17,5% (construção civil) e de 13,3% (indústria). A interação entre salário mínimo e posição na ocupação foi distinta entre os setores. Na construção civil, após o aumento de R\$ 100,00 no salário mínimo, enquanto o empregado com carteira de trabalho assinada tendeu a obter um aumento no salário de 17,5% (este resultado para o empregado com carteira é obtido diretamente pelo cálculo da diferença percentual correspondente ao coeficiente do salário mínimo), a tendência de aumento do trabalhador sem carteira assinada na construção civil foi de 13,3% (o resultado é a soma do coeficiente do salário mínimo ( $SM/100$ ) com o coeficiente de interação de empregado sem carteira  $b = (0,161 + (-0,036)) = 0,13$ , posteriormente, obtém-se a taxa de retorno:  $100[\exp(b)-1]\%$ ). Na indústria a interação foi de 13,3% para os trabalhadores com carteira assinada e 8,2% para os trabalhadores sem carteira assinada.

Destaca-se ainda o menor rendimento das unidades da federação em relação ao estado de São Paulo, sobretudo, na construção civil o estado do Piauí (?39,6%) e na indústria o estado da Paraíba (?40,8%). Em relação ao gênero, na construção civil os homens tendem a ganhar 8,2% mais que as mulheres e na indústria a diferença entre os sexos é de 37,30%. A escolaridade ajustada como função poligonal em relação ao rendimento apresentou taxa de retorno de 4% por ano de estudo para pessoas com 9 anos ou menos de estudo e 21,3% para pessoas com mais de 9 anos de estudo na construção civil. Na indústria, os trabalhadores com 9 anos ou menos de estudo ganham 6,1% a mais por cada ano estudado e tem acréscimo de 18,5% no rendimento para os ocupados que estudam mais de 9 anos.

## 5. Considerações Finais

---

As equações de rendimentos demonstram a diferenciação entre os dois setores, as unidades da federação e características como gênero, escolaridade e raça. O salário mínimo, em todos os modelos, age como indexador dos rendimentos dos empregados, demonstrando sua importância na dispersão dos salários dos trabalhadores. Além disso, o mercado formal pode ser considerado mais atrativo do que o mercado informal em relação à remuneração dos trabalhadores.

Os resultados do trabalho também demonstram o efeito indexador do salário mínimo nos setores de atividade, no que se refere a determinação do salário dos trabalhadores empregados. Por outro lado, não se comprova uma diminuição nas ocupações com carteira assinada. Os empregados sem carteira assinada são afetados em menor grau do que os empregados com carteira, após o aumento do salário mínimo.

A equação de rendimentos demonstra empiricamente que o salário real médio dos diferentes mercados de trabalho pode ser impactado positivamente pela elevação do mínimo, embora o mercado formal obtenha relativamente maior impacto do que o mercado informal. Desta forma, explica-se o aumento de empregos formais na economia, que oferecem salários mais atrativos, aumentando a formalização trabalhista em detrimento da informalidade.

## Referências Bibliográficas

---

---

ARBACHE, J.S. Determinação e diferencial de salários no Brasil. In: FONTES, R.; ARBEX, M.A.(org.). Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos. Viçosa: UFV, 2000. p. 125-180.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. Estudos Avançados, v. 15, n. 41, 2001.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2, p. 51-79, jul./dez. 2004.

HOFFMANN, R.; SIMÃO, R. C. S. Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e a diferença entre mesorregiões. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 35-62, maio /agosto 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: . Acesso em: 20 abril 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: microdados. Rio de Janeiro, 2002 e 2009. CD-Rom.

MENEZES-FILHO, N. Equações de rendimentos: questões metodológicas. In: CORSEUIL, C. H. Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 152 p.

OLIVEIRA, F.C.R. de; HOFFMANN, R. Determinantes dos salários dos empregados na lavoura de cana de açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil. Revista de Economia Agrícola, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 41– 56, jul./dez. 2011.

## **Anexos**

---

Tabela 7 - Modelo 2: Equações de rendimentos para as pessoas empregadas na construção civil e indústria, agregando os dados dos PNADs de 2002 a 2009

Variável	Modelo 2 - Construção Civil				Modelo 2 - Indústria			
	Coef.	DF 5%	Teste t	Prob. t	Coef.	DF 5%	Teste t	Prob. t
Constante	-0,174	-	101,4	0,000	0,86	-	162,46	0,000
População Sem Mão-de-obra (base: Sem Feminino)	0,079	0,22	0,46	0,000	0,217	0,73	0,38	0,000
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade 16	0,386	-	33,7	0,000	0,519	-	75,75	0,000
Idade 17*	-0,032	-	-24,16	0,000	-0,049	-	-53,59	0,000
Escolaridade	-	-	-	-	-	-	-	-
Escolaridade > 8 anos	0,039	0,09	0,79	0,000	0,259	0,08	0,26	0,000
Escolaridade > 8 anos	0,164476	0,16	0,16	0,000	0,111	0,16	0,16	0,000
Cor (Base: Branco)	-	-	-	-	-	-	-	-
Preta ou Parda	-0,076	-0,50	-10,47	0,000	-0,067	-0,54	-10,73	0,000
Amarelo	0,189	1,07	2,6	0,010	0,397	1,07	4,87	0,000
Condição na Família (Base: Chefe de Família)	-0,125	-1,175	-23,81	0,000	-0,159	-1,395	-45,22	0,000
Unidades de Produção (base: Estado de São Paulo)	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-0,098	-0,16	-3,02	0,005	-0,135	-0,22	-7,82	0,000
Acre	-0,12	-1,21	-2,68	0,010	-0,243	-2,57	-6,83	0,000
Amapá	-0,119	-1,28	-8,87	0,000	-0,188	-1,74	-17,23	0,000
Roraima	-0,025	-0,16	-1,44	0,144	-0,155	-1,36	-3,95	0,004
Pará	-0,196	-2,14	-19,45	0,000	-0,201	-1,86	-16,51	0,000
Amapá	-0,111	-1,021	-3,18	0,010	-0,154	-1,427	-3,27	0,001
Tocantins	-0,158	-1,632	-6,7	0,000	-0,273	-2,66	-11,33	0,000
Mato Grosso	0,346	2,18	25,95	0,000	0,415	3,37	33,37	0,000
Piauí	-0,594	-6,29	-25,25	0,000	-0,167	-1,71	-11,32	0,000
Ceará	0,482	3,13	34,7	0,000	0,487	3,86	38,88	0,000
Rio Grande do Norte	-0,407	-3,44	-24,17	0,000	-0,135	-1,37	-10,64	0,000
Paraná	-0,386	-3,75	-23,77	0,000	-0,155	-1,54	-12,03	0,000
Pernambuco	-0,411	-3,73	-23,25	0,000	-0,419	-3,97	-40,3	0,000
Alagoas	-0,436	-3,87	-19,45	0,000	-0,377	-3,41	-32,29	0,000
Pernambuco	-0,394	-3,61	-18,44	0,000	-0,384	-3,67	-35,57	0,000
Distrito Federal	-0,336	-3,05	-21,74	0,000	-0,319	-3,11	-42,77	0,000
Mato Grosso	-0,235	-1,98	-9,67	0,000	-0,262	-2,26	-16,64	0,000
Estado do Rio	-0,212	-1,91	-14,32	0,000	-0,189	-1,74	-19,65	0,000
Rio de Janeiro	-0,647	-6,59	-5,16	0,000	-0,685	-6,65	-17,64	0,000
Pernambuco	-0,0998	-0,11	-0,73	0,000	-0,172	-1,66	-17,87	0,000
Santa Catarina	0,094	0,40	0,29	0,774	-0,069	-0,52	-15,57	0,000
Estado do Rio	-0,111	-1,01	-16,77	0,000	-0,127	-1,16	-16,84	0,000
Mato Grosso do Sul	-0,132	-1,19	-7,02	0,000	-0,212	-1,91	-16,03	0,000
Mato Grosso	0,069	0,69	0,54	0,587	-0,082	-0,77	-6,86	0,000
Goiás	0,0899	0,51	7,38	0,000	0,1999	1,89	24,02	0,000
Distrito Federal	0,017	1,71	0,6	0,5225	-0,0269	-0,54	-1,43	0,1528
Zona Rural (Base: Zona Urbana)	-0,0218	-0,14	-2,63	0,010	-0,164	-1,66	-19,15	0,000
Horas Trabalhadas (Base: 15 a 20 horas)	-	-	-	-	-	-	-	-
40 a 44 horas	0,052	0,16	0,65	0,000	0,204	0,63	0,89	0,000
45 a 49 horas	0,489	4,07	40,01	0,000	0,2958	2,45	24,47	0,000
49 horas ou mais	0,583	4,92	51,29	0,000	0,345	2,83	28,42	0,000
Participação em Empresa (Base: Não Participante)	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregado com carteira assinada	0,595	5,06	15,53	0,000	0,494	4,09	24,15	0,000
Salário Informal (Base: Sem Salário Informal)	0,161	1,485	29,43	0,000	0,105	0,87	21,36	0,000
Salário Mínimo Real/100 (Empregado sem carteira)	-0,036	-0,360	-4,69	0,000	0,348	2,91	2,95	0,000
R <sup>2</sup>	0,13	-	-	-	0,23	-	-	-
F-Teste F <sup>2</sup>	1,29128	-	-	-	4,18611	-	-	-
Número de observações	53,267	-	-	-	145,037	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos microdados de PNAD (2002 a 2009)

Tabela 1 - Modelo 1: Equações de rendimentos para as pessoas empregadas na construção civil e indústria, agregando os dados das PNADs de 2002 a 2009

Variável	Modelo 1 - Construção Civil				Modelo 1 - Indústria			
	Coef.	Dif. % <sup>1</sup>	Teste t	Prob. t	Coef.	Dif. % <sup>1</sup>	Teste t	Prob. t
Constante	5,886	-	187,5	0,0001	5,818	-	327,67	0,0001
Pessoas Sexo Masculino (base: Sexo Feminino)	0,058	5,97	4,73	0,0001	0,315	37,03	100,63	0,0001
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade 10	0,344	-	31,38	0,0001	0,49998	-	71,77	0,0001
(Idade 10) <sup>2</sup>	-0,031	-	-22,56	0,0001	-0,047	-	-50,99	0,0001
Escolaridade (Base: 15 anos ou mais)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem instrução e menos de 1 ano	-1,538	-78,52	-103,27	0,0001	-1,5598	-78,98	-174,29	0,0001
1 a 3 anos	-1,464	-76,87	-102,88	0,0001	-1,482	-77,28	-196,06	0,0001
4 a 7 anos	-1,369	-74,56	-101,6	0,0001	-1,336	-73,71	-223,03	0,0001
8 a 10 anos	-1,28	-72,20	-91,86	0,0001	-1,19	-69,58	-196,59	0,0001
11 a 14 anos	-1,036	-64,51	-75,13	0,0001	-0,918	-60,07	-161,33	0,0001
Cor (Base: Branca)	-	-	-	-	-	-	-	-
Preta ou Parda	-0,083	-7,96	-16,7	0,0001	-0,107	-10,15	-36,6	0,0001
Amarela	0,135	14,45	3,2	0,0014	0,12658	13,49	6,38	0,0001
Condição na Família (Base: Chefe de Família)	-0,124	-11,66	-23,63	0,0001	-0,13999	-13,06	-44,61	0,0001
Unidades da Federação (Base: Estado de São Paulo)	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondônia	-0,089	-8,52	-3,14	0,0017	-0,139	-12,98	-7,87	0,0001
Acre	-0,117	-11,04	-2,79	0,0053	-0,237	-21,10	-5,61	0,0001
Amazonas	-0,122	-11,49	-5,92	0,0001	-0,202	-18,29	-18,22	0,0001
Roraima	-0,099	-9,43	-1,68	0,0922	-0,194	-17,63	-3,48	0,0005
Pará	-0,259	-22,82	-18,79	0,0001	-0,229	-20,47	-24,57	0,0001
Amapá	-0,113	-10,68	-3,2	0,0014	-0,15	-13,93	-3,15	0,0016
Tocantins	-0,16	-14,79	-6,73	0,0001	-0,269	-23,59	-10,97	0,0001
Maranhão	-3,53	-97,07	-25,96	0,0001	-0,421	-34,36	-33,29	0,0001
Piauí	-0,505	-39,65	-25,14	0,0001	-0,478	-38,00	-24,51	0,0001
Ceará	-0,409	-33,57	-34,97	0,0001	-0,493	-38,92	-68,73	0,0001
Rio Grande do Norte	-0,411	-33,70	-24,22	0,0001	-0,413	-33,83	-32,45	0,0001
Paraíba	-0,397	-32,77	-24,12	0,0001	-0,532	-41,26	-41,94	0,0001
Pernambuco	-0,414	-33,90	-32,03	0,0001	-0,42	-34,30	-48,18	0,0001
Alagoas	-0,412	-33,77	-19,45	0,0001	-0,383	-31,82	-22,24	0,0001
Sergipe	-0,36	-30,23	-16	0,0001	-0,375	-31,27	-22,5	0,0001
Bahia	-0,308	-26,51	-31,72	0,0001	-0,323	-27,60	-42,65	0,0001
Minas Gerais	-0,224	-20,07	-28,52	0,0001	-0,202	-18,29	-45,16	0,0001
Espírito Santo	-0,212	-19,10	-13,86	0,0001	-0,184	-16,81	-17,96	0,0001
Rio de Janeiro	-0,044	-4,30	-4,89	0,0001	-0,083	-7,96	-14,65	0,0001
Paraná	-0,096	-9,15	-9,19	0,0001	-0,1699	-15,63	-31,09	0,0001
Santa Catarina	0,006	0,60	0,45	0,6567	-0,09	-8,61	-15,61	0,0001
Rio Grande do Sul	-0,102	-9,70	-9,38	0,0001	-0,119	-11,22	-23,83	0,0001
Mato Grosso do Sul	-0,154	-14,27	-7,91	0,0001	-0,209	-18,86	-15,63	0,0001
Mato Grosso	0,014	1,41	0,77	0,4422	-0,078	-7,50	-6,45	0,0001
Goiás	-0,087	-8,33	-7,19	0,0001	-0,195	-17,72	-23,13	0,0001
Distrito Federal	0,023	2,33	1,1	0,2715	-0,015	-1,49	-0,69	0,4894
Zona Rural (Base: Zona Urbana)	-0,027	-2,66	-3,18	0,0015	-0,118	-11,13	-21,44	0,0001
Horas Habitualmente Trabalhadas (Base: 15 a 39 horas)	-	-	-	-	-	-	-	-
40 a 44 horas	0,439	55,12	43,34	0,0001	0,279	32,18	46,75	0,0001
45 a 48 horas	0,474	60,64	44,31	0,0001	0,246	27,89	38,7	0,0001
49 horas ou mais	0,549	73,15	49,5	0,0001	0,327	38,68	49,02	0,0001
Posição na Ocupação (Base: Sem Carteira Assinada)	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregado com Carteira Assinada	0,359	43,19	74,28	0,0001	0,303	35,39	64,92	0,0001
Salário Mínimo Real/100	0,146	15,72	36,69	0,0001	0,087	9,09	37,15	0,0001
R <sup>2</sup>	50,62				56,26			
Teste F <sup>2</sup>	1.197,90				4.336,50			
Número de observações	50.307				145.037			

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos microdados da PNAD (2002 a 2009)